

Acervo
19/10/96 A7
248

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Prefeito contesta eleito do PT

A dívida é de apenas R\$ 110 mil e não de R\$ 500 mil, segundo o prefeito Otero Gonçalves

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira (a 820 quilômetros de Manaus), Juscelino Otero Gonçalves (PL), disse ontem que a dívida da prefeitura é de R\$ 110 mil. Ele rebateu as declarações do prefeito eleito Amilton Gadelha (PT) dando conta de que o município estaria com uma dívida de R\$ 500 mil com o comércio local, além de dever ao INSS e estar inadimplente com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Segundo Juscelino, a situação financeira da prefeitura é tão estável que os servidores terão um aumento de 40% no salário do próximo mês. Ele promete entregar o município com as contas sanadas.

De acordo com Juscelino Gonçalves a receita mensal de São Gabriel é de R\$ 350 mil e não de R\$ 400 mil como afirmou o futuro prefeito. Ele disse também que a dívida com o INSS foi herdada de administrações anteriores, e admitiu que a prefeitura estava com um débito de R\$ 1,8 milhão junto ao instituto. "Mas entrei com recurso junto ao Instituto e consegui reduzir este valor para R\$ 450 mil. Vale ressaltar que o INSS não fiscalizava a prefeitura há mais de 30 anos e o valor que eles apuraram como débito refere-se aos últimos 10 anos", explicou o prefeito.

Ele disse também que durante a sua administração a Câmara Municipal aprovou a criação do regime estatutário para os servidores do município, e que os recolhimentos que eram feitos para o INSS passaram a ser feitos para o Fundo Municipal, que será o responsável pelo pagamento da aposentadoria dos servidores.

Juscelino Gonçalves admitiu também que está inadimplente com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) porque não enviou o balance-

te do último bimestre. "Já estou tomando providências para regularizar a situação e quero dizer ao futuro prefeito que entregarei a prefeitura com suas contas totalmente equilibradas", afirmou.

Sobre o pedido de recontagem de votos no município feito pelas coligações Ação e Trabalho (PMDB e PL) e Aliança do Povo (PPB, PMN e PFL), o prefeito Juscelino continua levantando suspeita sobre o processo de totalização de votos que deu a vitória ao petista. "Na representação que fizemos junto ao Tribunal Regional Eleitoral mencionamos irregularidades como rasura de boletins de urna e ausência de assinaturas dos fiscais em boletins. Além disso, contrariando a lei, os partidos não receberam imediatamente uma via desses boletins. Isso só aconteceu quatro dias depois quando um policial, a mando do juiz eleitoral, entregou os documentos na casa do candidato a vereador Mariano Costa (PT)."

Embora a procuradora regional eleitoral, Ana Borges, já tenha dado parecer contrário ao pedido de recontagem feito pelas duas coligações, o prefeito Juscelino ainda não dá por encerrado o assunto: "Aguardaremos o julgamento do mérito que deverá acontecer no TRE na quarta ou quinta-feira. Considero a recontagem indispensável para que 70% da população possa ter certeza de que o candidato do PT não foi realmente beneficiado por algum tipo de fraude", afirmou o prefeito.

Amilton Gadelha foi eleito pela coligação PDT/PT/PSB/PV/PSDB, com 2.856 votos - um percentual de 33,30%. Foi uma vitória apertada sobre o segundo colocado que obteve 32,79% dos votos.